GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de Pós-Graduação em Gestão do Sistema Prisional visa proporcionar ao aluno aprofundar seu conhecimento e sua visão acerca de temas diversos relacionados ao sistema prisional brasileiro, tais como, a lei de execução penal e a ressocialização do preso frente a pena na sociedade moderna e também promove a visão integrada das áreas do Sistema Prisional e da Segurança Pública, para que o aluno possa desenvolver capacidades estratégicas para atuar nas suas respectivas áreas de atuação

OBJETIVO

Promover a análise crítica e compreensão dos modos de formulação de políticas públicas relacionadas à segurança pública tangente ao sistema prisional e suas especificidades. Específicos: • Analisar a legislação prisional especial; • Conhecer e posicionar-se sobre as políticas e legislação para educação no sistema prisional; • Estudar sobre as políticas e projetos para o sistema prisional.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4753	Noções Básicas de Gestão Prisional	45

APRESENTAÇÃO

Introdução; Sistema prisional; Origem e evolução do sistema prisional; Função do Sistema Prisional; Tendências contemporâneas do sistema brasileiro; Sistema Prisional Público; Sistema Prisional Privado; Estabelecimentos do Sistema Prisional Brasileiro; Tipos de prisão; Noções básicas de direito penitenciário; Conceitos mínimos; Relação com o Estado; Configuração da sentença; Remissão da pena; Prescrição da sanção; Progressividade e regressividade; Os apenados diferentes – minorias.

OBJETIVO GERAL

Identificar as Noções Básicas de Gestão Prisional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber as perspectivas teóricas sobre a punição através da criminologia;
- Conhecer o papel do sistema prisional na administração do problema da criminalidade;
- Diferenciar as funções do sistema prisional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO AS POLÍTICAS PÚBLICAS A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SUAS AÇÕES PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PUNIÇÃO ATRAVÉS DA CRIMINOLOGIA O SISTEMA PRISIONAL O SISTEMA PRISIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SISTEMA PRISIONAL O PAPEL DO SISTEMA PRISIONAL NA ADMINISTRAÇÃO DO PROBLEMA DA CRIMINALIDADE OS REGIMES E OS ESTABELECIMENTOS DE EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OS REGIMES PRISIONAIS REGIME FECHADO REGIME SEMI-ABERTO REGIME ABERTO ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS PENITENCIÁRIA COLÔNIAS AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR CASA DO ALBERGADO CENTRO DE OBSERVAÇÃO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO (HCTP) CADEIA PÚBLICA PATRONATO FUNÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS INTERNOS NO SISTEMA PRISIONAL O PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PROBLEMAS ATUAIS DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL OS DIREITOS DOS PRESOS O PAPEL DA MÍDIA.

REFERÊNCIA BÁSICA

DUARTE. Luiz Ricardo. Os CONSEGs e a redução de riscos. 2 ed. Florianópolis: CEPD/USFC, 2008.

DUTRA, Domingos. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Brasília (DF). 2008. COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 1992. v. 1, p. 145

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GUINDANI, Miriam K. A. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 22, n. 67, 2001. KAHN. Tulio. Prefácio. In: Das políticas de segurança pública as políticas públicas de segurança.

ILANUD. São Paulo. 2002. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.1987.

PERIÓDICOS

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n.67 São Paulo. 2001.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4755	**Assistência à Saúde e Psicologia Aplicada ao Sistema Prisional**	**60**

APRESENTAÇÃO

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Diretrizes Para A Atuação Do Psicólogo No Sistema Penitenciário. Exame criminológico, criminologia e sua interface com a sociedade.

OBJETIVO GERAL

Entender como a Psicologia Penitenciária surgiu no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal;
- Proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado;
- Elaborar relatórios psicológicos para as autoridades competentes: mediante solicitação e baseada na abordagem criminológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ASPECTOS HISTÓRICOS E MARCOS LEGAIS INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO PENITENCIÁRIA BRASILEIRA NA EXECUÇÃO PENAL ASPECTOS DA CRIMINOLOGIA CLÍNICA ATRIBUIÇÕES E PRINCÍPIOS DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO EXAME CRIMINOLÓGICO CRIMINOLOGIA E SUA INTERFACE COM A SOCIEDADE POSICIONAMENTO ÉTICO.

REFERÊNCIA BÁSICA

DIB, M. Transtornos de personalidade e imputabilidade penal. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2008.

DROPA, R. F. Direitos humanos no Brasil: exclusão dos detentos. Disponível em: . Acesso em: 02 nov. 2012.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2003, p. 111-121.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. Criminologia integrada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRO, V. de S. Da submissão feminina à dominação masculina: relação amorosa de adolescentes infratores e suas companheiras. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 6 (1), p. 73 – 80. 2004.

FULMER, R. H. Famílias de baixa renda com formação profissional: uma comparação de estrutura e do processo de ciclo de vida. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.). As mudanças no ciclo de vida familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 468-496, 1995.

PERIÓDICOS

FULARNETO, J. O símbolo da psicologia e seu significado. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2012.

76	Metodologia do Ensino Superior	30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4754	Políticas e Projetos para o Sistema Prisional	60

APRESENTAÇÃO

Aspectos socioculturais da prisão: a cultura carcerária. A arquitetura prisional e o controle da ordem interna. A política interna: relacionamento entre os detentos e a administração. O egresso e a sociedade. O egresso e o mercado de trabalho. A reabilitação do condenado.

OBJETIVO GERAL

Identificar o Sistema Prisional Brasileiro: políticas públicas e direitos humanos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer as leis para serem utilizadas no julgamento dos criminosos;
- Saber aplicar a medida corretiva às pessoas que cometiam delito, crianças que aprendiam a ler e a escrever, loucos e outros.
- Explicar a história da psicologia no sistema prisional brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS TORTURA CHICOTADA FOGUEIRA MICHEL FOUCALT INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL PSICOLOGIA JURÍDICA E PSICOLOGIA PENITENCIÁRIA NA INSTITUIÇÃO PENAL E LEI PROJETOS DIFERENCIADOS E EXPERIÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO ATIVIDADES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: PENSANDO EM UMA PROPOSTA DE FLUXO DE ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIOS RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDOLFI, M. A terapia familiar. Lisboa: Veja, 1981, p. 19-34.

ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002 .

CARTER, B. MCGOLDRICK, M. As mudanças do ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. Visitando a família ao longo do ciclo vital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

COELHO, E. C. A oficina do diabo: crises e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo – IUPERJ, 1987.

FÉRES-CARNEIRO, T. Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2003, p. 111-121.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. Criminologia integrada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MAMEDE, M. C. Cartas e retratos: uma clínica em direção à ética. São Paulo: Altamira, 2006.

PERIÓDICOS

BRASIL. Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1984. Disponível em: . Acesso em: 29 out. 2012.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4756	Temas Emergentes em Gestão Prisional	45

APRESENTAÇÃO

Psicologia aplicada à conduta antissocial. Personalidade e conduta violenta Viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas. Revisitando os Estados Brasileiros; Rebeliões e Gerenciamento de Crises; Questões de Semântica; Relação com o Estado.

OBJETIVO GERAL

Saber a importância do Psicólogo no sistema criminal à conduta antissocial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer a personalidade e conduta violenta viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas;
- Identificar o código penal brasileiro e as medidas de segurança;
- Explicar a imputabilidade dos tratamentos e sistemas atuais: transtornos e personalidade social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PSICÓLOGO NO SISTEMA CRIMINAL OLHAR DO PSICÓLOGO SOBRE O SUJEITO ENCARCERADO PSICOLOGIA APLICADA À CONDUTA ANTISSOCIAL PERSONALIDADE E CONDUTA VIOLENTA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL INIMPUTÁVEIS REDUÇÃO DE PENA IMPUTABILIDADE DOS TRATAMENTOS E SISTEMAS ATUAIS: TRANSTORNOS E PERSONALIDADE SOCIAL E O ADOLESCENTE AUTOR DE ATOS INFRACIONAIS? POR QUE NÃO É PERTINENTE ESSA DISCUSSÃO NA ÁREA PENAL RELAÇÕES FAMILIARES: UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE O SUJEITO DEFININDO O CONCEITO DE REDES SOCIAIS POR QUE ESTUDAR REDES SOCIAIS NO CONTEXTO PRISIONAL? COMO CONSTRUIR MAPAS DE REDE SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

KELSEN, H. Teoria Pura do Direito. Coimbra: Armínio Amado, 1979.

LAFER, C. A ONU e os direitos humanos. Estud. Av., v. 9, n. 25. Set./Dec., 1995.

MAMEDE, M. C. Cartas e retratos: uma clínica em direção à ética. São Paulo: Altamira, 2006.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a psicologia. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2006, 26(4), p. 620-631.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002 .

ANGELO, C. A escolha do parceiro. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. (Org.). O casal em crise. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995. p. 47-57.

BRASIL. Código Penal. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1940. Acesso em: 29 out. 2012. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). A prática profissional do(as) psicólogos(as) no sistema prisional. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

PERIÓDICOS

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 6 (1), p. 73 – 80. 2004.

4757	Tópicos Especiais em Pedagogia no Sistema Prisional	45

APRESENTAÇÃO

Modalidades de educação, currículo, inclusão e ressocialização; Modalidades de Educação; Currículo; Inclusão e ressocialização; Educação como direito humano; Intervenção psicopedagógica; Educação profissionalizante; A formação de professores; Método APAC; Educação a distância para apenados.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os Tópicos Especiais em Pedagogia no Sistema Prisional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber os princípios da dignidade humana no direito penal e o tratamento penitenciário;
- Identificar a assistências garantidas às pessoas presas;
- Definir a questão do emprego e o problema da qualificação profissional perante a reinserção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NO DIREITO PENAL E O TRATAMENTO PENITENCIÁRIO ASSISTÊNCIAS GARANTIDAS ÀS PESSOAS PRESAS AS VULNERABILIDADES DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL ERABILIDADE DO EGRESSO: FATORES QUE CONTRIBUEM UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGOS NO BRASIL A QUESTÃO DO EMPREGO E O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PERANTE A REINSERÇÃO SOCIAL DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL POR QUE E O QUE ENSINAR NOS PRESÍDIOS IDENTIDADES CONTRADITÓRIAS O TRABALHO EDUCACIONAL DENTRO DAS PENITENCIÁRIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSIS, Rafael Damasceno de. As Prisões e o direito Penitenciário no Brasil.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. P. 754.

BRASIL. Lei n°7.210, de 11 de julho de 1984. Institui da Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Justiça. Avaliação do Atendimento à população egressa do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Sistemas de Penas, Dogmática Jurídico –Penal e Política Criminal. São Paulo: Cultura Paulista, 1994.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação. In: FERRETI, Celso João et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCALT, Michel. Vigiar e punir – História da violência nas prisões – Tradução de Raquel Ramalhete. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERIÓDICOS

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: http://www.dicionariodoaurelio.com.

4759	Legislação Prisional Especial	30

APRESENTAÇÃO

Princípio da Legalidade . Princípio da Proporcionalidade . Princípio da Intervenção Mínima (ou Suma Ratio Legis). Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Redemocratização, violência e seletividade polícia. Operadores técnicos para a reeducação prisional e a criação do “delinquente.” O fracasso da prisão e sua função de gerenciamento das ilegalidades . Arranjo atual dos mecanismos punitivos na sociedade moderna. Um reformatório como caso singular e o arquipélago carcerário.

OBJETIVO GERAL

Analisar os Princípio da Legalidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer Princípio da Dignidade da Pessoa Humana;
- Diferenciar Redemocratização, violência e seletividade polícia;
- Identificar O fracasso da prisão e sua função de gerenciamento das ilegalidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CÓDIGO PENAL IMPOSIÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA PARA INIMPUTÁVEL PERÍCIA MÉDICA DESINTERNAÇÃO OU LIBERAÇÃO CONDICIONAL SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR MEDIDA DE SEGURANÇA PARA O SEMI-IMPUTÁVEL DIREITOS DO INTERNADO LEI DE EXECUÇÃO PENAL MEDIDAS DE SEGURANÇA: PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MEDIDA DE SEGURANÇA PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA (OU SUMA RATIO LEGIS) PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICAÇÃO E ESPÉCIES DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PERICULOSIDADE (VERIFICAÇÃO DO RISCO) E MEDIDA DE SEGURANÇA SUPERVENIENTE A JUSTIÇA PENAL NO BRASIL REDEMOCRATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E SELETIVIDADE POLICIAL DEMANDA PUNITIVA E SISTEMA PENAL FOUCAULT E A PRISÃO COMO MODELO INSTITUCIONAL DA SOCIEDADE DISCIPLINAR OPERADORES TÉCNICOS PARA A REEDUCAÇÃO PRISIONAL E A CRIAÇÃO DO “DELINQUENTE” O FRACASSO DA PRISÃO E SUA FUNÇÃO DE GERENCIAMENTO DAS ILEGALIDADES ARRANJO ATUAL DOS MECANISMOS PUNITIVOS NA SOCIEDADE MODERNA. UM REFORMATÓRIO COMO CASO SINGULAR E O ARQUIPÉLAGO CARCERÁRIO PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL REFORMA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMISSÃO SOBRE PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL CRISE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL REVENDO A PRÁTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL A PRÁTICA PSI COMO SUPLEMENTO DO SISTEMA JUDICIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Vol. I – Parte Geral. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 18. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999.

ARANTES, R. B. Ministério Público e política no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré, 2002 BOSCHI, José Antonio Paganella. Das Penas e Seus Critérios de Aplicação. 3. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

LACAN, J.: "Funções da psicanálise em criminologia". Em: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p 130.

PERIÓDICOS

AZEVEDO, R. G. de; DIAS NETO, T. Poder Judiciário e justiça penal no Brasil. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007.

4758	Políticas e Legislação para Educação no Sistema Prisional	45

APRESENTAÇÃO

Contexto histórico no brasil das prisões; as políticas públicas e as DNS; a evolução histórica da criminologia; conceito; classificação e objeto da criminologia; classificação; a criminologia e as ciências afins; criminalidade e psicanálise; relação do direito penal com a criminologia; sociedade criminógena e a conduta delitiva; expressão sociológica da criminologia; comportamento de desvio (anomia); teorias de durkeim e merton em relação ao comportamento de desvio (anomia); fatores sociais de criminalidade; visão do ponto de vista sociológico sobre as questões penitenciárias.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a Políticas e Legislação para Educação no Sistema Prisional

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber a evolução histórica da criminologia;
- Diferenciar a relação do direito penal com a criminologia;
- Identificar os fatores sociais de criminalidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL DAS PRISÕES AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS DNS A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINOLOGIA CONCEITO CLASSIFICAÇÃO E OBJETO DA CRIMINOLOGIA CLASSIFICAÇÃO A CRIMINOLOGIA E AS CIÊNCIAS AFINS CRIMINALIDADE E PSICANÁLISE RELAÇÃO DO DIREITO PENAL COM A CRIMINOLOGIA SOCIEDADE CRIMINÓGENA E A CONDUTA DELITIVA EXPRESSÃO SOCIOLÓGICA DA CRIMINOLOGIA COMPORTAMENTO DE DESVIO (ANOMIA) TEORIAS DE DURKEIM E MERTON EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DE DESVIO (ANOMIA) FATORES SOCIAIS DE CRIMINALIDADE VISÃO DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO SOBRE AS QUESTÕES PENITENCIÁRIAS.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALBEGARIA, Jason. Criminologia. Editora Hide, Rio de Janeiro: 1988.

ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Editora Forense, Rio de Janeiro: 1986.

ARAÚJO, Edna Del Pomo de. Vitimização Carcerária. Editora Lúmen Júris, Rio de Janeiro: 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARATTA, Alessandro. Criminologia (Introdução à Sociologia do Direito Penal) Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 1999.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de Barros. Direito Penal (Parte Geral). Editora Saraiva, São Paulo: 2004. BRETÃS, Adriano Sérgio. Fundamentos da Criminologia Crítica. Editora Juruá, São Paulo: 2010.

PERIÓDICOS

CALHAU, Lélio Braga. Resumo de Criminologia. 4. ed. Editora Impetus, Rio de Janeiro: 2009.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso pode ser realizado por profissionais ligados as mais diversas áreas do saber que atuem ou tenham a pretensão de atuar na Gestão dos Serviços Penitenciários, e por todos aqueles que executem funções relacionadas aos presídios e/ou segurança pública, advogados criminalistas, policiais civis, policiais militares, agentes penitenciários e demais interessados.